

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 06-3-2019.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cláudia Araújo, Comissário Rafão Oliveira, Engº Comassetto, João Carlos Nedel, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum e Roberto Robaina. Após, foi apregoado o Ofício nº 149/19, do Prefeito, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17 (Processo nº 2165/17). Também, foi apregoado o Ofício nº 005/19, da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando a juntada de parecer ao Projeto de Lei do Legislativo nº 217/15 (Processo nº 2170/15). Ainda, foram apregoados Requerimentos de autoria de Idenir Cecchim e Marcelo Sgarbossa, deferidos pela Presidente, solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 070/11 e 086/15 (Processos nºs 1969/11 e 1027/15, respectivamente). A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Reginaldo Pujol, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia seis ao dia nove de março do corrente, tendo a Presidente declarado empossada, em substituição, pelo mesmo período, Cláudia Araújo, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada Declaração de Reginaldo Pujol, Líder da Bancada do DEM, informando o impedimento do suplente Dinho do Grêmio em assumir a vereança do dia seis ao dia nove de março do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Adeli Sell, Hamilton Sossmeier, Roberto Robaina, Comissário Rafão Oliveira, Professor Wambert, Moisés Barboza, Idenir Cecchim e Valter Nagelstein. Na ocasião, foi apregoado o Processo SEI nº 070.00006/2019-35, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Cassio Trogildo, no dia primeiro de março, em solenidade alusiva ao centésimo vigésimo quarto aniversário do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Cassio Trogildo, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Dr. Goulart do dia vinte e sete de fevereiro ao dia sete de março do corrente. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Mônica Leal. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Engº Comassetto e Mauro Pinheiro. Em continuidade, foi promulgada a Lei nº 12.516/19 (Processo nº 0207/18). Às quinze horas e quarenta e dois minutos, conforme deliberação do Colégio de Líderes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir.

Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por Alvoní Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 6 a 9 de março de 2019.

A Mesa declara empossada a Ver.^a Cláudia Araújo, nos termos regimentais, em função da impossibilidade de o suplente Dinho do Grêmio assumir a Vereança, e integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO: Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos acompanham pelas galerias e TVCâmara, saúdo a todos. Em primeiro lugar, agradeço imensamente ao Ver. Reginaldo Pujol pelo convite para assumir a vereança nesses próximos dias, como uma homenagem à semana da mulher, valorizando, assim, nós, mulheres que lutamos por um mundo mais humano e justo.

Estou feliz por poder estar nesta Casa num momento tão delicado, de mediação de conflitos em virtude da discussão de um projeto de lei do Executivo que pode mudar o futuro e a vida dos servidores públicos. Espero que essa questão seja resolvida de forma lúcida e sem interesses, para que assim milhares de trabalhadores não sejam prejudicados. Todas as regras de qualquer jogo podem, sim, ser mudadas, mas ao início de um novo jogo. Então espero que sejam feitas e aprovadas emendas ao projeto para que todos fiquem satisfeitos, sem sangrar um plano de carreira, sem que o trabalhador – que paga impostos também – pague por isso.

Mesmo sendo um momento tenso, não posso vir a esta tribuna e deixar de falar sobre nós, mulheres, principalmente nesta semana, dedicada a nós. Gostaria de frisar a delicada vida de muitas mulheres submissas a homens inescrupulosos. Muitas vezes tais machões se beneficiam da fragilidade física para espancar e matar. Femicídio: infelizmente palavra em alta nos noticiários e nos dias atuais. O que leva um homem a achar que é dono de alguém, e que, por ser dono, pode matar, será que isso o faz mais forte? Essa realidade é mais frequente a cada dia, e nossas autoridades precisam trabalhar para apoiar essas mulheres que muitas vezes perdem tudo, ficam sem chão.

Existem alguns locais de acolhida, porém poucos e precários. Falta assistência psicológica, pois muitas têm filhos e não os abandonam; mesmo sem saber o que fazer ou para onde ir, os tiram das escolas por medo, e acabam perdendo o ano letivo. Sem garantias de segurança, elas normalmente se escondem até a poeira baixar, mas sabemos que é questão de tempo para que o agressor volte e encontre a vítima.

Vamos juntos rever esse tema e buscar alternativas, além de penalizar duramente quem comete esse tipo de crime. As mulheres gritam por segurança, por dignidade e por visibilidade, para que assim tenham seus direitos garantidos.

Vejo mães especiais, outro grupo de mulheres que merece nossa admiração, também passando por humilhações, sendo que deveriam ser respeitadas, pois seu dia a dia não é fácil, ainda mais em um país sem inclusão, sem acessibilidade e que não apoia o cumprimento de processos ganhos com relação as necessidades básicas dessas crianças. A luta é diária, cansativa. Não sei se os senhores e senhoras sabem que milhares de crianças especiais, e normalmente sem poder aquisitivo, só se alimentam através de dietas especiais, caras e que nem sempre estão disponíveis todos os meses nos postos de entrega, além de medicações e outros. O desespero de quem não pode adquirir é enorme, mas elas, as mães, estão lá, pedindo ajuda nos grupos, gritando por socorro. Só pedem seus direitos como contribuintes que são. Está na constituição, no artigo 196, que diz: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O assunto é longo e sabemos que depende de muita energia e disposição da classe dominante. Meu trabalho diário busca auxiliar a classe mais carente da sociedade, mais desamparada, com a qual poucos se importam. Lido com pessoas acamadas que precisam de ajuda com leitos, cirurgias, exames específicos, curativos, camas hospitalares, cadeiras de rodas e outros. Além de crianças especiais, que, muitas vezes, estão presas em suas casas, por falta de inclusão nas escolas, de profissionais especializados para atendê-las, por falta de parques adaptados, também por falta de fisioterapia e mais locais especializados no tratamento de sequelas neurológicas e AVCs. Faltam alimentação, fraldas e medicamentos, onde a luta é incansável. Tendo um trabalho de formiguinha, sem apoio de empresas, Município ou governo, há três anos decidi começar a arrecadação de tampas e lacres, para que assim mais pessoas que necessitam de cadeiras de rodas pudessem receber ajuda. Hoje trocamos, em média, por mil litros de leite por mês, que são doados a famílias com crianças e a creches comunitárias. Além disso, a cada dois meses e meio trocamos um cadeira de rodas por lacres – o equivalente a 110 quilos. São pequenas ações como essas, que podem mudar a vida de muitas pessoas e colaborar com a natureza no quesito reciclagem e reaproveitamento. Uma cesta básica, uma caixa de leite, muitas vezes, é a salvação de crianças e são ações mais concretas para minimizar essas necessidades, que são urgentes. Sabemos que muitas famílias, num passado próximo, tinham como manter seus filhos; hoje, com essa crise mundial e o desemprego familiar, tudo ficou muito complicado e quem nunca imaginou pedir socorro, hoje, o faz. Então, eu clamo por mais ações, mais gestão e menos ideologias sem trabalho!

Encerro aqui reiterando que mulher é para ser respeitada, pois é escolhida por Deus para gerar a vida e cuidar, sempre clamando por valorização. E que fazer o bem e buscar melhorias para as comunidades é obrigação e não favor! Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores; cara Ver.^a Cláudia Araújo, V. Exa. começou bem esta quarta-feira de cinzas, apontando alguns rumos que temos que tomar na questão da dignidade da pessoa humana. Quero falar de um conjunto de problemas que a cidade de Porto Alegre está vivenciando neste momento. O primeiro deles é a volta dos problemas gravíssimos no bairro Cidade Baixa. Estava conversando sobre isso, anteriormente, com o Ver. André Carús e outros colegas vereadores, e louvo a iniciativa de reuniões conjuntas em algumas comissões, acho que é o caminho correto, mas acho que o governo tem que se precaver. O governo, em vez de ser proativo, sempre trabalha na retranca. Não é somente o problema da Cidade Baixa, da falta de uma articulação maior entre os órgãos do Executivo, da Brigada Militar e da Guarda Municipal, para coibirem esse tipo de atividade danosa que houve nas últimas três madrugadas. Essas atividades danosas não ocorrem só na Cidade Baixa. Ontem, fui, mais uma vez, dar uma caminhada na orla às 10h da manhã, e lá estavam os primeiros trabalhadores vinculados à empresa que explora a orla – diga-se de passagem, Uber, uma multinacional –, que deveria fazer, antes de mais nada, um trabalho de educação ambiental, porque tem, hoje, o espaço mais nobre da cidade de Porto Alegre em suas mãos. Não há nenhuma educação ambiental! E aí quero provocar os meus colegas ambientalistas, em especial os da COSMAM, que poderiam chamar a direção da Uber para discutir com eles um trabalho de educação ambiental, já que a educação ambiental da SMAM, do DMLU e da SMED foi para o bebeléu – acabaram com tudo! Então, a Prefeitura deveria ser proativa nesse sentido. Aquela orla tão bela, às 10h da manhã, estava tomada de lixo na terça-feira de carnaval.

Não bastasse isso, nós estamos vendo o problema da trincheira da Av. Ceará, e acho que deveríamos fazer uma comissão especial na CUTHAB – vereadores Robaina e Paulinho Motorista, que são dessa comissão e com quem falarei –, para tomarem a iniciativa de uma inspeção *in loco* com os responsáveis pela obra. É fundamental isso. Outra obra, que me chama a atenção e que poderia ser inspecionada em seguida, é a da Av. Ernesto Neugebauer, que, pelo que sei, há alguns problemas ali e fica bem próxima da trincheira da Av. Ceará. Queria colocar também aqui outras questões que a Cidade está pedindo.

E eu já quero cobrar aqui, da base do governo – do Ver. Mauro, do Ver. Moisés –, sobre a situação da chamada Casa Azul, na Rua Marechal Floriano com a Rua Riachuelo. Nós temos que ter uma solução para essa questão. Outra questão que eu já coloquei aqui, cobrei, foi anotada por membros do governo e não tivemos resposta: o prédio que era do antigo CMET, na Jerônimo Coelho, fechado, abandonado. Outra questão: quando os senhores e as senhoras vão nos dizer o que vai acontecer com o prédio da antiga SMIC, que ficou lá ao deus-dará? Faz tempo... O que será feito dele? Aquele prédio é importante para nós, da Cidade.

Eu quero também lembrar aqui que, no dia 21 de março, nós faremos uma audiência pública, então, para discutirmos as questões do PLCE nº 002. Quero dizer que foi importante o debate aqui no plenário, mas também as nossas investidas junto ao Judiciário deste Estado, para que nós pudéssemos garantir o debate, como manda o figurino, como manda a legislação em vigor aqui na Cidade, ou seja, o governo municipal precisa responder as questões que nós apontamos, que a Cidade cobra, que a Cidade quer retorno. Esta Casa está fazendo o seu dever de casa, com todas as idiossincrasias entre os 36 vereadores, o Parlamento está ativo, e, por isso, nesta quarta-feira de cinzas, faço cobranças.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PSC): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, plateia que nos assiste, pessoas na TVCâmara, muito boa tarde. Eu, primeiramente, quero externar aqui nosso repúdio à manifestação, no carnaval de São Paulo, da Escola de Samba Gaviões da Fiel com relação à intolerância religiosa. Eu não poderia deixar de expressar isso aqui, em nome de todos os cristãos desta Cidade – eu já não tinha simpatia pelo Corinthians; agora, menos ainda. O que nós pedimos apenas e basicamente é respeito a um povo que é a maioria neste Brasil, apenas isso. Os cristãos respeitam todas as classes, credos, religiões; primamos por esse respeito e basicamente o que nós pedimos é respeito e a tolerância que tanto se prega, que tanto se fala, mas que publicamente não se demonstra na prática.

Estamos retornando de um feriadão com um saldo de muitas mortes, e uma estatística diz que, em 85% dos acidentes, o culpado é justamente a pessoa humana pela negligência, e podemos citar Mariana e Brumadinho – as tragédias se tornaram algo normal. O que nós chamamos a atenção é para uma profunda reflexão de que nós precisamos passar por um processo de educação. Essa educação começa nas famílias, porque não é só o poder público que é responsável pelos bueiros, não é só o poder público que é responsável pelo lixo que nós vemos após as festas noturnas, pelo lixo que nós vemos entupindo nossos bueiros, rios e riachos, mas também pela falta de educação do povo que precisa realmente passar por uma reeducação. Isso começa pela família como célula-máter da sociedade.

Eu quero comentar algo que eu já falo há muito tempo com relação a um cuidado que o Procon tem, parabenizando o Procon de Porto Alegre, pedindo que continue nessa sua tarefa, nessa sua atividade de fiscalizar empresas de empréstimos consignados. Nós conhecemos muitas que são empresas honestas, sérias, que trabalham dentro da lei, mas, em compensação, conhecemos muitas que trabalham e agem ao arrepio da lei, ficando muitas vezes até mesmo com todos os documentos, senhas dos idosos, aposentados, praticamente assaltando a sua ingenuidade com estratégias com

relação a tudo que praticam. Por isso, eu deixo aqui um apelo ao Procon de Porto Alegre para que continue investigando, que continue trabalhando e deixo uma dica do próprio INSS que todo aposentado pode, no próprio INSS, pessoalmente, bloquear, para qualquer empréstimo, o seu nome. Estou deixando essa palavra e, ao mesmo tempo, falando sobre o projeto de lei nº 129/17, de autoria do Ver. Alvoni Medina – quero deixar aqui meu apoio a este projeto. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadoras, vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu queria usar este período de comunicação de liderança pelo PSOL para tecer algumas considerações sobre a necessidade da luta pela cultura popular – é disso que se trata. Estamos em um período em que a defesa da cultura popular é uma necessidade para que tenhamos, de fato, uma sociedade que respeite os trabalhadores, a juventude, a possibilidade de termos um direito ao lazer, porque até isso vem sendo questionado pelos governantes de turno. E, desse ponto de vista, tivemos, neste carnaval, uma expressão de um ponto em comum entre o Presidente Bolsonaro e o prefeito Marchezan! Então, o meu pronunciamento é o que há de comum entre Bolsonaro e Marchezan! Há muitos pontos em comum: ambos estão defendendo uma política econômica de ajuste contra os interesses dos trabalhadores, contra os servidores públicos. Por sinal, abro um parêntese dizendo que foi uma grande vitória que o judiciário tenha garantido que a lei seja respeitada e que tenhamos uma audiência pública para discutir acerca dos projetos antipopulares que o governo Marchezan trouxe para esta Casa no início de fevereiro. Fechando o parêntese, qual é o ponto em comum em relação à questão da cultura popular? É o ódio à cultura popular, o desrespeito à cultura popular, e inclusive o combate à cultura popular. Nós vimos, eu e o Ver. Cassiá, sei que, em muitos momentos, reivindicamos, inclusive, o Presidente Bolsonaro. Eu não tenho dúvida – o Cassiá é um homem sensato – que não vai aceitar essa lógica do Presidente atacando o carnaval, atacando um dos espetáculos que marca a cultura popular brasileira, que faz o Brasil ser conhecido no mundo como um País capaz de prezar o lazer, de defender o direito à cultura, o direito à participação popular num espaço cultural, pelo menos nesse período restrito que é o carnaval. E o Bolsonaro faz uma postagem que revela... E isso é muito importante, eu sou daqueles que não quero que o Bolsonaro perca o seu direito de tuitar, porque o Bolsonaro, no Twitter, revela a alma que tem, e a sua alma é uma alma antipopular que mostra toda a distorção mental que tem o Presidente da República. Todas as posições fascistas têm um componente ligado à repressão sexual, isso dizia um psicanalista, lá nos anos 1930, Wilhelm Reich, que explicou o fenômeno do nazismo e do fascismo, mostrando a relação entre as posições fascistas e a profunda repressão sexual. E a profunda repressão sexual produz, muitas vezes, tanto no plano individual,

quanto no plano coletivo, distorções e doenças na relação com a própria sexualidade. O Presidente da República, que posta o que postou, atacando o carnaval, faz uma postagem que eu, pessoalmente, considero horrível, e o Presidente da República fez essa postagem, atacando o carnaval. Essa prática da intolerância, essa prática doentia, fascista do Presidente Bolsonaro é uma prática que revela esse desconforto, essa oposição à cultura popular. Evidente que o Bolsonaro acusou o golpe de um carnaval que foi muito crítico ao governo, mas ele também revelou a alma ao fazer esse tipo de postagem. E o prefeito Marchezan não tem essa mesma cultura, porque o que prefeito Marchezan tem em comum com o Presidente Bolsonaro é a defesa de um neoliberalismo e de planos de ajustes contra trabalhadores. O prefeito Marchezan não tem uma posição fascista, não é um fascista na sua ideologia, mas ele tem em comum algo muito profundo que é esse desprezo à cultura popular, que se revelou na ausência total de planejamento de festas de carnaval em Porto Alegre. Então, a gente via, no Brasil inteiro, as capitais e as grandes cidades fazendo as suas festas de carnaval, comemorando. Em Porto Alegre, nós assistíamos o quê? Nós assistíamos o confronto da Polícia de Choque na República com a juventude que, sem nenhum canal de participação, Porto Alegre ficou dias sem ter a festividade do carnaval. Nós acompanhamos aqui na Câmara a luta, junto com o Ver. João Bosco Vaz, para garantir que exista o carnaval, o carnaval popular, o carnaval das escolas de samba. Em Porto Alegre, acabou se afirmando uma cultura de realizar blocos de rua, é algo que já está como parte da cultura da juventude da Cidade. E a Prefeitura, ao invés de garantir um planejamento que permitisse a utilização dos espaços públicos de modo planejado, organizado, coibiu, atrapalhou, impediu que houvesse esse tipo de planejamento, provocando a crise que tivemos nesses dias: episódios lamentáveis de repressão contra a nossa juventude, aqui na Cidade Baixa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo e defiro o processo SEI nº 07000006/2019-35, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que solicita representar esta Casa nos 124 anos do Corpo de Bombeiros do Estado, em 1º de março de 2019.

O Ver. Cassio Trogildo, na condição de líder da bancada do PTB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Dr. Goulart, no período de 27 de fevereiro a 7 de março de 2019.

O Ver. Comissário Rafão Oliveira está com a palavra, para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Boa tarde, Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras, pessoas presentes aqui na galeria e telespectadores da TVCâmara. Senhores, o período de carnaval é cultural brasileiro, um período a ser preservado, ovacionado pela nossa cultura brasileira e, acima de tudo, pelos nossos governantes. Agora, nós não podemos fazer disso um verdadeiro caos da bagunça e da indisciplina, da falta da ordem, da falta do

cumprimento da disciplina legal e fazendo com que o poder público se destine a deslocar um patrimônio da segurança pública, que era para estar patrulhando as ruas em outros bairros, para estar unicamente resolvendo um problema causado por uma minoria. Isso não é admissível. Eu vou citar aqui o caso de Porto Alegre, o carnaval da Cidade Baixa.

Os pobres moradores, os coitados dos moradores da Cidade Baixa não convivem apenas no carnaval com essa bagunça, com essa desordem, com a falta da observância da lei. É o ano todo, todos os finais de semana, todos os dias, por 24 horas é o morador sendo incomodado, importunado. Agora, senhores, um carnaval, uma festa do povo, onde ali nós temos que ovacionar a alegria, nós temos uma minoria que está drogada, bêbada, abusando de mulheres, fazendo do local público um verdadeiro motel a céu aberto, urinando nas ruas. Essa minoria deve ser combatida, deve ser exemplarmente punida. De outra banda também, aqueles que estão dispostos a tirar pedras na Brigada Militar, pedras na Guarda Civil, a dar pauladas na polícia, a dar tiro na polícia também têm que estar disposto a receber o retorno. Chega dessa história de o Estado dar a outra face para bater, não! Não tem essa história de o Estado dar a outra face para bater, porque quem está apanhando é o cidadão de bem, quem está apanhando é aquela senhora que foi levar a netinha no carnaval e foi abusada sexualmente com impérios, com palavreado por pessoas completamente fora da norma legal do bom convívio. E para ali é deslocado todo um poderio da Polícia Militar, da Polícia Civil, através das suas delegacias, da Guarda Municipal, para lidar com uma minoria.

Então, fica o recado: no carnaval, a festa boa tem hora para começar e tem hora para terminar. Na hora que começa a festa ruim da minoria é a hora de acabar, e aí entra o Poder Público, porque quem paga é o cidadão do bem, é aquele cidadão que está pagando o IPTU e seus impostos. E mando o recado para aqueles que querem dar paulada na polícia, na Brigada Militar, na Guarda Municipal, naqueles garantidores da ordem pública: preparem-se para levar a borracha no lombo! Muito obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sra. Presidente, colegas vereadores, eu também queria comentar o assunto da Cidade Baixa. Eu acho que nós temos que ter um olhar especial para a cultura popular, para o carnaval, sobretudo para o carnaval de rua, que é espontâneo, os blocos vão surgindo a partir da sociedade; mas nós não podemos, como cidadãos da cidade, tolerar o vandalismo. A gente vai para o carnaval, e quem vai para o carnaval deve ir para se divertir, para descontrair, não para enfrentar a polícia. A ação da Brigada Militar na Cidade Baixa foi, primeiro, para repelir uma briga entre foliões, ou, eu diria, marginais, que estão lá para depredar a cidade, para depredar o bairro Cidade Baixa, e a Brigada agiu. Agora, eu pergunto qual seria o sentido de um grupo de carnavalescos, em vez de estarem

dançando, pulando, tomando a sua cerveja, enfrentarem o batalhão de choque, o pelotão de choque da Polícia Militar? Qual seria o propósito disso, qual seria o sentido, qual seria a razão? Então subo nesta tribuna de forma muito breve para afirmar meu apoio às instituições e à Brigada Militar, à Polícia Civil, que está aqui muito bem representada pelo colega Rafão Oliveira, os nossos queridos Vereadores também, que estão aqui na Casa defendendo a segurança pública, e nós queremos aqui prestar a nossa solidariedade. Obrigado.

Agora, eu gostaria de comentar esse episódio que foi citado pelo Ver. Roberto Robaina, porque, de fato, como ele falou, todo o fascismo tenta repelir a liberdade sexual das pessoas. Essa é uma verdade. E o fascismo é a única doutrina que se considerou totalitária. Aliás, o Mussolini, o fundador do fascismo, tem uma frase que dizia que tudo era no Estado, tudo era pelo Estado, nada era fora do Estado; ele tinha uma religião e esta religião era um Estado. Então a doutrina fascista de fato invade a vida privada. Então a doutrina fascista de fato invade a vida privada. Mas ela não invadiu tanto quanto o marxismo, que inclusive não só matou mais de 100 milhões de pessoas no século passado, uma carnificina, um genocídio, como foi o maior matador de homossexuais da história, e eu não vi o senhor falar sobre isso. Em Cuba tinha campo de concentração para *gays*. Um dos maiores matadores de homossexuais foi um sujeito chamado Che Guevara, um carniceiro, um assassino. Tem uma história do Che Guevara, colegas Vereadores, em que uma mãe foi pedir clemência pelos dois filhos numa sexta-feira, pois eles seriam executados na segunda, Ver. Cecchim, e ela disse assim: “Olha meu sofrimento para esperar chegar essa segunda-feira!”. Ele foi dentro do cárcere, escutaram-se dois estampidos, um tiro na nuca de cada jovem, e esse carniceiro cínico, que eu espero que esteja sendo comandante no inferno, cinicamente, olha para a mãe e diz: “Não se pode deixar uma mãe sofrer durante todo o final de semana”. Ele aliviou o sofrimento da mãe matando dois filhos, jovens recrutas do exército cubano. Esse é o Che Guevara, essa é a doutrina carniceira, assassina, que mais matou homossexuais na história e que mais reprimiu a sexualidade das pessoas, e que mais interferiu na vida privada. Fica o meu registro, Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todos que nos acompanham; vou falar rapidamente aqui sobre três assuntos. Primeiro, para deixar muito clara essa questão da Cidade Baixa, nós recebemos aqui nesta Casa o pessoal do Vizinhança na Calçada, da Cidade Baixa: a jornalista Carla e vários moradores. Aquilo ali não é carnaval, aquilo ali é um problema que existe na Cidade, que nós precisamos discutir, rediscutir. É impossível que as pessoas não tenham seu direito de ir e vir respeitado. Os moradores daquela região sofrem com isso há muito tempo. Então, só quero separar: aquilo ali não é um problema de carnaval, aquilo

ali não é o carnaval. Se tu parares para olhar as cenas, inclusive, repetidas muitas vezes, enquanto o gás lacrimogêneo rolava para um lado, aquelas cenas deploráveis, aparece um cidadão, ali na esquina, misturando uma vodca com uma bebida, nem se importando, como se a polícia nem existisse ali. Depois aquelas cenas deploráveis de pessoas que se intitulam cidadãos subindo em lixeiras e confrontando a Brigada Militar – é lamentável. Mas aquilo não é carnaval.

Segundo, sobre o projeto que está aqui em discussão, o dos servidores públicos. Não existe nenhuma dúvida, pública nem política, de que nós precisamos reformular e discutir esse assunto. Temos vários assuntos que tratam disso. Espero que, nesta Casa, nós tenhamos, sim, a presença das pessoas que pagam seus impostos e que apoiam o projeto. Eu quero ressaltar aqui que ouvi atentamente um advogado de renome nesta Cidade, Luigi Comunello, que disse para mim: “Olha, eu lamento muito que não se tenha ambiente lá para que nós possamos participar.” Eu disse: Luigi, tens que participar. Peço aqui para as pessoas participarem do assunto, porque o assunto, através do sindicato, que se apresenta como o único dono da verdade... É um sindicato completamente partidário e comprometido ideologicamente com a oposição, seus diretores. Isso não é ilegal, mas a gente precisa tratar as coisas com transparência.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): PSTU junto, PCdoB junto. Conhecemos vários, aqui! Inclusive, no dia da audiência pública ou da votação, vou perguntar para um deles o que ele fazia, em horário de expediente, com a bandeira do PT na Esquina Democrática, trabalhando lá. Porque ele deveria estar trabalhando ou para a população – já que ele é servidor público –, ou para o seu sindicato, não fazendo campanha durante o horário de expediente. Ele foi pago, inclusive, quando estava aqui na frente, esses dias; foi pago o salário integral dele, naquele dia! Então, espero que as pessoas venham participar e que nós deixemos o espaço garantido, como tem sido feito, e eu convido as pessoas para virem aqui, senão a gente sabe que caminho tem essa democracia. Eu peço a ajuda do pessoal técnico, falando em democracia, porque nós estamos passando um problema sobre uma democracia, no mundo, sobre um povo que está morrendo de fome, que está sendo morto! Ou todo mundo aqui vai fingir que isso não está acontecendo na Venezuela? Esse mesmo partido ideológico que comanda hoje o Simpa defende o governo Maduro, um governo que massacra o seu povo.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassiá Carpes.)

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Aqui, o PT! (Mostra imagem no painel.) Lá está o Stédile com a bandeira do Lula, do presidiário mais notório do Brasil, apoiando o Maduro, e, o Maduro, vice-versa.

Voltarei a esta tribuna com mais dados, inclusive sobre os recursos deste País que foram para lá subsidiar esse ditador. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta quarta-feira de cinzas, para muitos, é o início do ano, mas não para esta Câmara de Vereadores; aqui, nós já começamos no dia 3 de fevereiro e estamos trabalhando, com muita alegria, para a cidade de Porto Alegre, para que se melhore esta Cidade. De manhã cedo eu li a manchete do jornal Zero Hora que tratava do maior rombo deixado por um governador: R\$ 2,8 bilhões, coisa parecida. Esse déficit poderia estar em R\$ 28 bilhões, mas foi reduzido a R\$ 8 bilhões. Eu nem vou mais fazer igual ao PT fazia, pedir para não assistir a Globo e para não ler a Zero Hora, porque cada um vê e lê o que quer. A Zero Hora escreve o que quer, e nós lemos ou não aquilo que queremos que seja verdade.

O governador Sartori nunca escondeu a real situação do Estado, nunca escondeu. Tomou atitudes antipáticas para muitas corporações, reduziu os cargos de confiança, reduzindo as secretarias. Quando são reduzidas secretarias, são reduzidos automóveis por secretários, uma série de despesas, que, é verdade, no frígido dos ovos, representam um percentual muito pequeno na diminuição dos déficits do Estado. O governador Sartori foi o governador que mais economizou por este Estado e não deixou de cumprir as contas que o ex-governador Tarso Genro deixou. Ainda melhor: não culpava o último governador pelas contas que ficaram; além disso, pagou todos os reajustes que o governador anterior tinha deixado – todos os reajustes! Conseguiu pagar os salários sempre dentro do mês. Aliás, muita gente reclamou e não votava nele porque ele pagava até o dia 13 ou 14 do mês seguinte. Agora, vimos que não era fluxo de caixa, não; agora, o governador atual precisa pagar até o dia 27 do mês seguinte. Não tem dinheiro, não vai fazer milagre. Não há governador que faça milagre! Mas nós não podemos conviver com a mentira, com a má-fé e com a troca. Talvez a troca seja proporcionalmente, Ver. Mendes Ribeiro, a falta de investimento em publicidade. Pode ser que seja isso, eu não sei se é. Mas, quando se faz uma manchete completamente diferente dos dados que estão dentro da matéria, dá para dizer que é má-fé, ou querendo cobrar uma diferença que não conseguiu cobrar dum governo honesto. O governo Sartori se legitimou, foi ao segundo turno. No Rio Grande do Sul, é muito difícil o governador no mandato chegar ao 2º turno e disputar, de igual para igual, a eleição. Melhor: o nosso partido, tanto lá na Assembleia quanto aqui na Câmara, vota igual aos princípios que defendeu no governo. O que o governador Sartori e o MDB defendiam para o governo passado, no caso, o plebiscito, continua igual. Quem mudou foi a deputada Sofia Cavedon, por exemplo, que apareceu com um cartaz que era do Sartori, defendendo o plebiscito. É isso o que acontece. Não faz dois meses que mudou o governo, e a Ver.^a Sofia Cavedon, que agora é deputada, usa um cartaz do governo passado, do governo Sartori, defendendo o plebiscito. Nós não!...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): ...Temos que dizer que a verdade sempre prevalece. A postura do governador Sartori, no governo ou fora do governo, continua a mesma. Nem o governador Sartori, nem eu, nem o MDB, nem a população do Rio Grande compactua com falsas manchetes para denegrir um homem público, honesto e que continua vivo para prestar serviços ao Rio Grande, se for necessário. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Presidente Mônica Leal; Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, agradeço o tempo; Ver. Moisés Barboza, vice-líder; meus colegas, companheiros vereadores; e me sinto muito à vontade para falar do tema que vou falar. Fui secretário de Indústria e Comércio da Cidade e convivi, à época, só na fiscalização – sucedi o Ver. Cecchim –, com 200 servidores. Aliás, entre outras tantas, fizemos uma intervenção no bairro Cidade Baixa, que, talvez, tenha sido o maior vespeiro em que eu já tenha posto a mão, e foi muito difícil. Naquela época, nós interditamos, um ano antes da Kiss, em Santa Maria, 42 casas noturnas que não tinham a mínima condição de segurança para os jovens que lá estavam. Nós poderíamos ter tido uma tragédia como, infelizmente, mancha a história do Rio Grande do Sul: a de Santa Maria.

Pois, muito bem: todos os que achavam que o secretário, que era a autoridade, estava correto, silenciaram; e aqueles que tinham interesses, como mais uma vez se manifestaram aqui na tribuna, de defender não a ordem, nem o fascismo, nem o moralismo, nem nada disso, mas o mínimo de civilidade e de respeito que devem existir numa cidade, que é, na verdade, é um condomínio – uma cidade não é nada além do que um condomínio, que precisa ter regras de convivência, como em qualquer lugar –, aqueles que não queriam essas regras condominiais e que defendiam a anarquia e continuam defendendo a anarquia foram os que mais me atacaram, e foi o que mais prosperou. Então, é difícil mexer nisso. Mas não quero falar disso, embora eu ache que a maior discriminação contra a maior festa popular da história do nosso País foi protagonizada pelos governos de esquerda de Porto Alegre, quando tiraram o carnaval daqui e levaram lá para os confins da Cidade. Um gesto de preconceito: tiraram o carnaval do Centro e jogaram para os confins da Cidade, para os limites de Porto Alegre com Alvorada, com Gravataí e com Cachoeirinha. Isso foi um crime que a história registra, praticado pelos partidos que apoiavam o Partido dos Trabalhadores e que continuam juntos até hoje.

Pois bem, quero falar sobre funcionalismo. Eu, maior testemunho do que a minha presidência aqui, Ver.^a Mônica Leal, não posso dar a respeito da minha visão do

servidor público. Eu procurei, ao máximo possível – e a senhora foi minha vice-Presidente –, o diálogo, a composição e a valorização do serviço público. Agora, nós estamos na quarta-feira gorda de carnaval, e parece que alguns ainda não se despiram das suas fantasias, e o Ver. Robaina, infelizmente, parece ser um desses. Vem aqui querer confundir o sentimento e a opinião pública, misturar popular e povo com o serviço público – não pode, vereador! De novo, eu falo com todo o respeito que tenho a todos os servidores. Quero me dirigir aqui às taquigrafas, à segurança, aos jornalistas, enfim, a todo e qualquer servidor público. Mas, para além disso, nós não podemos esconder que existem algumas categorias muito mal valorizadas e muito mal remuneradas e existem outras categorias, no serviço público, em que se pratica, Ver. Nedel, o maior programa de redistribuição de riqueza do mundo, porque se tira da sociedade que produz e se distribui para algumas categorias, sem meritocracia, sem aferição de produtividade e com benefícios que são incompatíveis com a realidade de um país que é pobre. E é isso o que nós estamos enfrentando agora aqui. Nós estamos falando de, em Porto Alegre, entre outras coisas, acabar com incorporação de função gratificada. Já acabou na União, já acabou no Estado! Lamento que não tenha vindo, estava falando ali, a licença prêmio, porque não tem mais... Falo de novo, com todo respeito, de quem está construindo um centro de convivência para os servidores; de quem deu um plano de saúde que o PT e o PSOL votaram contra, no final do ano passado; com quem teve a maior e melhor relação possível com os servidores desta Casa. Portanto, não preciso de ninguém que fale por mim, e me sinto autorizado em falar essas coisas! Quero dizer que isso não pode ser tratado como pedra de toque, que ninguém pode falar, que a sociedade não tem que se apropriar dessa questão, porque é preciso moderação e é preciso modulação nessa questão. Eu estou vendo o sindicato dizer aqui, e aqueles que trabalharam comigo durante muito tempos: “Vão destruir as nossas carreiras, vão diminuir o nosso salário!” Em primeiro lugar, não tem plano de carreira, que é o compromisso que todos nós, como Câmara, temos que ter – portanto, não vão destruir carreira nenhuma. E o que foram fazendo foi um arremedo de ir colocando multiplicadores em cima de questões que hoje não se sustentam mais e que têm que estar atreladas, entre outras coisas, por exemplo, à receita do Município! Como é que eu posso dar a cada três anos um aumento real de 5 %, que representa, em 12 anos, um aumento de 20% do salário, independentemente de qualquer coisa? E se a receita diminui, como é que dou 20% de aumento do salários?...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): ...E como é que, além desses 20% de aumento real, passado tempo de incorporação, 15 anos, mais 15%? È isso? Portanto, dos 20, mais 15 – 35%! “Ah, mas isso é plano de carreira!” Desculpem, mas não é. Vamos pactuar, então vamos construir um plano de carreira. Mas isso não é! Agora, querer confundir o interesse de parcela da sociedade, que, volto a dizer, precisa

ser respeitada, com interesse das massas da população? Não, as massas da população estão excluídas disso! E é este o Brasil que a gente precisa delimitar: que se olhe com igual justiça e com igual atenção para todas as categorias, mas não essa hipocrisia de vir aqui fazer defesa de classe ou defesa de categoria como se estivesse falando no interessa da sociedade maior, que, na verdade, faz o maior programa de transferência de renda...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem. Eu, como jornalista, tenho o hábito, pela minha origem, de ler muito, acompanhar todas as rádios, como Gaúcha, Guaíba, Bandeirantes. Pesquiso, e essa questão do carnaval me pegou fora de Porto Alegre, fiquei muito surpresa e rapidamente me aprofundi no assunto. Confesso a vocês que a primeira coisa que me veio à cabeça foi o tão defendido evento, nesta Casa, Saint Patrick's Day. Vários colegas subiram nesta tribuna e defenderam que ele acontecesse, enquanto eu fui radicalmente contra por uma razão muito simples: que a Rua Padre Chagas não comporta de forma alguma grandes aglomerações. E aí fui pesquisar, peguei a matéria em que disse, finalmente, aquilo que a sociedade, como um todo, sabia no fundo, assim como eu: "Brigada Militar não quer Saint Patrick's Day na Padre Chagas. Em reunião com o Ministério Público, o Comandante do 9º Batalhão sustentou que a rua não tem perfil para grandes aglomerações". Essa matéria saiu em fevereiro no jornal. E aí me transporte para o carnaval, carnaval que aconteceu na Cidade Baixa.

É claro que nós sabemos, eu fui secretária da cultura no governo Yeda, e fui uma grande apoiadora do Carnaval, que é uma festa popular. É a festa com o cunho popular mais forte que nós temos; é onde, democraticamente, as pessoas se encontram, confraternizam, dançam – pessoas de todas as classes sociais. Nós sabemos então que o carnaval é uma celebração popular, porém, nas manifestações de rua entendo que deve sempre ser respeitado o direito de quem não participa da festividade, de quem tem que transitar e de quem mora na região. Vejam bem: para os dois eventos, o carnaval e o evento tão famoso que ficou na Rua Padre Chagas. É não é isso que ocorre no carnaval realizado no bairro Cidade Baixa. Eu conversei com pessoas que lá moram – tenho assessores que moram naquele bairro. Após a dispersão da multidão, que foi um fato lamentável que aconteceu, quase uma guerra, nós temos que, em primeiro lugar, pensar que deve estar o respeito aos moradores, inclusive aos muitos idosos que precisam de paz, descanso, horário, bem como ao patrimônio, já que houve veículos vandalizados e residências pichadas por grupos que foram ao local com essa intenção. Os baderneiros

chegaram a enfrentar o choque da Brigada Militar. Vejam bem, foi uma coisa planejada, organizada. Não foi assim: “de repente estou lá e vou enfrentar o choque”. Isso tudo aconteceu de forma planejada. Assim eu defendo que o carnaval de rua de Porto Alegre deva ocorrer integralmente em locais não residenciais. Nós temos que pensar nos moradores, na segurança dos cidadãos, mas também não podemos deixar de incentivar a cultura popular. Eu creio que é o momento de a Prefeitura de Porto Alegre tomar as rédeas do problema que decorre desses eventos. Em toda festa que tem multidão, é claro que a consequência pode ser essa. Então, sabemos muito bem que, se nesses eventos tiver disciplina, segurança, um processo que tenha início, meio e fim, oferecido pelo poder público, há menos chance de confusão. O evento, a Cidade poderia organizar, impor regras, dar segurança, mas ela terceirizou – a Prefeitura terceirizou esse evento, digamos, fazendo um edital para ver quem organizaria. E a Prefeitura trabalhou somente na consequência, no respaldo, depois dos fatos negativos ocorridos. Isso não é bom para a Cidade, isso não é bom para a cultura, isso não é bom para o carnaval, de forma alguma. Eu li aqui que o prefeito Nelson Marchezan, na boa intenção, achando que estava fazendo o melhor, afirmou que a festa deste ano não teria nenhum recurso oriundo dos cofres públicos, por isso ele pensou num carnaval mais profissional, mais organizado e ainda maior: “Queremos entregar a todos que participa e também para aqueles que não gostam da data mais conforto e segurança”. E foi terceirizado, grande erro, porque não deu certo. Então, nós temos que voltar ao modelo antigo. Nós precisamos também tratar da questão que essas festas, como o carnaval, ocorram em lugares que não tenham moradores que sejam penalizados por essa questão do carnaval. Vejam bem, as confusões registradas nas últimas madrugadas na Cidade Baixa deixaram parte dos foliões apreensivos; não foram somente os moradores, foi um campo de guerra que aconteceu na Cidade Baixa, e nós não podemos cruzar os braços para isso. É preciso, sim, que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, como representante do povo desta Cidade, faça uso das suas prerrogativas e discuta com o Executivo, e o Prefeito tome as rédeas de um evento que precisa ser organizado, precisa ter início, meio e fim. Ninguém aqui está falando em recursos públicos; nós estamos falando em planejamento, que foi anunciando, em alto bom som: será a primeira vez que Porto Alegre terá um carnaval de rua organizado, a partir de editais, com regras e cadernos de encargos, elaborados por diversos setores da Prefeitura. Nós temos que tratar disso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Presidente Mônica Leal. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezados Ver. Mendes Ribeiro e Ver.^a Mônica Leal, prezado Ver. Roberto Robaina, nosso líder da oposição, com muita satisfação ocupo este espaço aqui, em nome dos partidos de oposição.

E gostaria muito de continuar a reflexão que a Presidenta Mônica iniciou aqui sobre o carnaval. E quero aqui subtrair um pouco dos discursos que foram trazidos aqui com um tom – perdoem a palavra, mas é esta – reacionário, reagindo a fatos que deveriam não ter acontecido, justamente pela ausência do poder público municipal, pela ausência do poder público municipal, prezado Comissário.

E quero fazer uma pergunta ao senhor e aos colegas: que diferença tem Porto Alegre, neste momento, em relação ao carnaval do Rio de Janeiro, de Salvador, de Olinda, de Recife? Ou se formos para a América Latina, para Guayaquil, no Equador, para Montevideu, no Uruguai? Ou vamos para Europa, vamos para Veneza, o berço do carnaval? A diferença é que em todas essas cidades o poder público municipal, junto com a sua sociedade, organizam o tema do carnaval e dão vazão a essa festa popular.

O carnaval, Ver. Márcio Bins Ely, é a maior festa popular do mundo. E entre os países do mundo onde acontece a maior potência no carnaval é no Brasil. A diferença de Porto Alegre para essas cidades é que Porto Alegre não cuida da sua cultura, não trata o carnaval como deveria tratar.

Há poucos dias, eu usei uma expressão sobre fevereiro; todos reclamavam que fevereiro estava com um calor imenso, intenso, e a Cidade deserta. Eu digo, é claro, quem não lembra, há dez anos, quando tínhamos o Fórum Social Mundial, que havia 200 mil visitantes em Porto Alegre, os taxistas satisfeitos, hotéis satisfeitos, o comércio satisfeito? E tudo foi abortado em nome da dita ideologia: o que é bom, que os outros fizeram não presta.

Então, vir aqui fazer discurso, condenando a festa popular, Ver. Cecchim... Eu conheço a sua opinião. Agora, em uma festa popular como o carnaval, perder-se uma oportunidade de atrair riqueza, de atrair cultura, de atrair visitantes, de gerar a hotelaria, de gerar o comércio? E eu não quero nem falar aqui, prezada Ver.^a Cláudia, que nos deu o prazer de estar hoje aqui – ouvimos a sua fala na defesa do serviço social –, mas carnaval é festa popular de quem? É dos excluídos, é da cultura negra, é da periferia. Aí, quando traz um barulhinho perto do Centro: “Ah, está incomodando a burguesia!” Por favor! E as outras festas que a Cidade tolera com tranquilidade, Ver. João Carlos Nedel? Todos nós apoiamos as festas religiosas; a Festa de Navegantes é uma festa da cidade de Porto Alegre, ali há uma miscigenação de cultura, Barboza. Lá na Lomba do Pinheiro o senhor defende o carnaval; agora, na hora de ajudar o seu prefeito a organizar, vem essa repressão para a cultura popular.

Eu quero aqui trazer um diálogo com os colegas. A minha palavra não é a verdade aqui, muito longe de ser isso, mas precisamos ir na linha que a Presidente sugeriu aqui. O tema carnaval, a maior festa popular do mundo, por que Porto Alegre a condena? Por que Porto Alegre não a produz? Por que Porto Alegre abandonou as estruturas do carnaval existentes? Elas também precisam ser reformuladas? Precisam, é verdade, mas isso exige um debate.

Portanto, Ver.^a Mônica, em nome da nossa bancada, contem com a oposição para a sua tese, Porto Alegre tem que cuidar da cultura do seu carnaval. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, Ver.^a Mônica; demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, venho aqui para dar uma contestada aí no meu amigo líder da oposição, Ver. Roberto Robaina, quando fala da sua preocupação de repressão da Brigada Militar no carnaval de rua na Cidade Baixa e que Porto Alegre não teve nenhuma preocupação com o carnaval de rua. Quero dizer, Ver. Robaina, que Porto Alegre está preocupada, sim, e que Porto Alegre fez, pela primeira vez, um carnaval de rua através de um edital, cuja empresa vencedora está promovendo o carnaval de rua, que teve edições tanto na Cidade Baixa, na orla do Guaíba, e continuará tendo, nesse próximo final de semana, sem nenhum custo para o Município de Porto Alegre, pois a empresa que venceu colocou banheiros químicos, contratou segurança, foi responsável pelo recolhimento do lixo e também, como contrapartida, tivemos o retorno do carnaval comunitário nas comunidades onde já teve uma edição e teremos mais sete edições de carnaval de rua dentro das comunidades, sem nenhum custo para o Município, através de um edital público, que foi feito pela Secretaria de Cultura. Quero aproveitar para parabenizar, por estar acontecendo em Porto Alegre esse carnaval de rua, o secretário de cultura e também o secretário adjunto Maricato, que está à frente do carnaval de rua. E também discordar que a Brigada Militar atuou, Ver. Wambert, de forma repressiva. O que aconteceu na Cidade Baixa e que está noticiado inclusive pelo delegado Jardim, que está estudando as imagens, que vai coletar imagens de câmeras na Cidade Baixa, Ver. Rafão, o senhor que também é ligado à Polícia Civil, o delegado Jardim disse que vai estar coletando imagens e vai analisar as imagens de badernas que aconteceram na Cidade Baixa após o encerramento do carnaval de rua e em momentos em que também não tinha. E com relação ao que tem acontecido na Cidade Baixa, inclusive há suspeitas de que esses baderneiros, que o senhor chama de “os coitadinhos”, quando a Brigada Militar fez a repressão, talvez sejam pessoas ligadas àqueles três assassinatos que ocorreram na Cidade Baixa. Então, existe essa possibilidade também e a polícia está investigando. Então, acho que nós temos que ter aqui distinção do que é coitadinho e do que é... E eu vou defender, sim, a Brigada Militar pelo excelente trabalho que tem feito. E as imagens que a gente tem assistido – eu não tive acesso a todas as imagens – mostram pessoas que estavam ali que não condizem com a maioria das pessoas que estavam aproveitando o carnaval, que estavam se divertindo; existiam pessoas infiltradas, arruaceiros, que inclusive atacaram a Brigada Militar jogando garrafas, jogando vidros, um verdadeiro ataque à Brigada Militar, que fez o seu papel, sim, de contenção da violência, desfazendo uma arruaça que havia na Cidade Baixa. A Brigada Militar tem nosso total apoio, quando faz a defesa da segurança pública, daquelas pessoas que estão aproveitando o carnaval, que estão se divertindo, e alguns infiltrados fazem esta baderna. Então a Brigada Militar está de parabéns pelo trabalho que tem

feito, e sempre, nossa briosa Brigada Militar, quando é chamada a atuar, não deixa a desejar, Ver. Cecchim. Nós sabemos que havia pessoas infiltradas que subiram em cima de contêineres de lixo, arremessando garrafas, atacando a Brigada Militar, porque trancam as ruas, não deixam passar, não deixam os moradores dormirem, querem passar a noite fazendo arruaças nas ruas, e nós não podemos permitir, porque tem pessoas de bem que querem participar, querem brincar o carnaval, e têm direito, e precisamos, sim, que a Brigada Militar faça seu papel. Ela está de parabéns. Quero dizer que o carnaval de rua de Porto Alegre está acontecendo, sim, de forma organizada e sem nenhum custo para o Município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu gostaria de esclarecer, recebi uma mensagem do vice-prefeito Gustavo Paim, que diz que não teve erro na organização do carnaval pela contratação por edital. Foi organizado com início, meio e fim, terminou às 21h, e que depois de ter ocorrido a dispersão é que surgiram, na madrugada, os vândalos. Só para que todos saibam que a Prefeitura se manifestou. Na minha opinião temos que pensar no depois do carnaval, oferecendo segurança para os cidadãos e transeuntes.

Promulgo a Lei nº 12.516, de 6 de fevereiro de 2019.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.) Tendo em vista o acordo de líderes, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h42min.)

* * * * *